

5. BATALHAO DE SUPRIMENTO

Termo de Referência 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	160222-5. BATALHAO DE SUPRIMENTO	JONATHAN ESTEPHAN BUENO	17/04/2026 10:35 (v 0.20)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	8/2026	64154.000619/2026-91

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **MATERIAL DE CONSUMO** para os depósitos classe I e II do 5º Batalhão de Suprimento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MIN	QTD MAX	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAIXA DE PAPELÃO EMBALAGEM 4 ABAS, ESPECIFICAÇÕES: ONDA BC DUPLA (CAPA+MIOLO+CAPA+MIOLO), COR: MARROM, GRAMATURA MÍNIMA: 780 G/M2 OU SUPERIOR, MEDIDAS: 60 X 50 X 40 CM ( C X L X A ) DEVE SUSTENTAR UMA ALTURA DE 2,5 METROS	310578	Unit	1000	3250	R\$ 15,51	R\$ 50.407,50
2	FILME PARA EMBALAGEM, ESPECIFICAÇÕES: MATERIAL EM POLIETILENO, TIPO FILME STRETCH PARA APLICAÇÃO MANUAL, TRANSPARENTE OU NATURAL, ESPESSURA MÍNIMA DE 25 MICRAS, LARGURA NOMINAL DE 500 MM, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 3.500 METROS, ACONDICIONADO EM BOBINA COM PESO BRUTO APROXIMADO DE 4,5 KG, ADEQUADO PARA ENVOLVIMENTO, FIXAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DE CARGAS, CAIXAS E VOLUMES DIVERSOS.	418623	Bobina 4,5kg	100	1400	R\$ 50,76	R\$ 71.064,00
	FITA ADESIVA PARA EMBALAGEM, ESPECIFICAÇÕES: MATERIAL BASE EM POLÍMERO						

3	BOPP (POLIPROPILENO BIORIENTADO), COR TRANSPARENTE, LARGURA NOMINAL DE 48 MM, COMPRIMENTO NOMINAL DE 100 M, REVESTIDA COM ADESIVO ACRÍLICO COM ADERÊNCIA SUFICIENTE PARA FECHAMENTO DE CAIXAS DE PAPELÃO ONDA SIMPLES E DUPLA, CAPAZ DE PROPORCIONAR FIXAÇÃO RESISTENTE DURANTE MANUSEIO, TRANSPORTE E ARMAZENAGEM, ADESIVO COM FORÇA DE FIXAÇÃO COMPATÍVEL COM USO EM OPERAÇÕES DE DEPÓSITO E EXPEDIÇÃO, ADEQUADA PARA FECHAMENTO DE CAIXAS DESTINADAS A REMESSA E ARMAZENAMENTO DE VOLUMES DIVERSOS, DESENVOLVIDA PARA REDUZIR DESCOLAMENTO NÃO INTENCIONAL.	330081	Rolo 100m	10	7000	R\$ 6,50	R\$ 45.500,00
4	LUVA PARA PROTEÇÃO EM BAIXAS TEMPERATURAS, ESPECIFICAÇÕES: CONFECCIONADA EM MATERIAL TÊXTIL FLEXÍVEL COM REVESTIMENTO PALMAR EM MATERIAL ANTIDERRAPANTE, PROPORCIONANDO BOA ADERÊNCIA AO MANUSEIO DE CAIXAS, EMBALAGENS E OBJETOS EM AMBIENTE FRIO, INDICADA PARA USO EM CÂMARAS FRIAS E ÁREAS REFRIGERADAS, COM CAPACIDADE DE ISOLAMENTO TÉRMICO ADEQUADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS CONTRA O FRIO MODERADO, SEM COMPROMETER A DESTREZA, CONFORTO E MOBILIDADE DOS DEDOS, MODELO AJUSTÁVEL À MÃO, PERMITINDO USO CONTÍNUO EM ATIVIDADES DE DEPÓSITO, ARMAZENAGEM E EXPEDIÇÃO. MARCA REFERÊNCIA: THERMA GRIP VOLK	628286	Par	2	30	R\$ 39,71	R\$ 1.191,30
5	BATERIA TRACIONÁRIA PARA EQUIPAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA, ESPECIFICAÇÕES: TENSÃO NOMINAL DE 24 V, CAPACIDADE NOMINAL DE 324 AH OU SUPERIOR, TIPO TRACIONÁRIA, ADEQUADA PARA USO EM EMPILHADEIRAS ELÉTRICAS PALETEIRAS, CONSTRUÇÃO ROBUSTA PARA OPERAÇÃO CONTÍNUA EM AMBIENTE DE DEPÓSITO E ARMAZENAGEM, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 800 MM (COMPRIMENTO) X 215 MM (LARGURA) X 585 MM (ALTURA), COMPATÍVEL COM O COMPARTIMENTO DE ALOJAMENTO DA LINHA PT, DEVENDO POSSUIR SISTEMA DE CONEXÃO COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO, GARANTINDO AUTONOMIA, SEGURANÇA E DESEMPENHO ADEQUADOS À OPERAÇÃO DIÁRIA. FORNECIMENTO A BASE DE TROCA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE	614303	Unit	1	3	R\$ 9.700,00	R\$ 29.100,00
6	ESTILETE MANUAL, ESPECIFICAÇÕES: TIPO LARGO, LÂMINA COM ESPESSURA NOMINAL DE 18 MM, CORPO CONFECCIONADO EM MATERIAL RÍGIDO COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO, PROPORCIONANDO MELHOR EMPUNHADURA E SEGURANÇA DURANTE O USO, SISTEMA DE TRAVA PARA BLOQUEIO DA LÂMINA EM DIFERENTES POSIÇÕES, PERMITINDO CORTE PRECISO E CONTROLADO, INDICADO PARA ATIVIDADES DE ABERTURA DE EMBALAGENS,	622133	Unit	10	160	R\$ 8,73	R\$ 1.396,80

	CORTE DE PAPELÃO, PLÁSTICOS E MATERIAIS SIMILARES EM AMBIENTE DE DEPÓSITO E ARMAZENAGEM.						
7	FITA PARA ARQUEAMENTO, ESPECIFICAÇÕES: MATERIAL EM POLIÉSTER (PET) VIRGEM, TIPO PREMIUM, LARGURA NOMINAL DE 12 MM, ESPESSURA NOMINAL DE 0,8 MM, COMPRIMENTO NOMINAL DE 2.000 M, APRESENTADA EM BOBINA, DESTINADA À AMARRAÇÃO, ARQUEAMENTO E FIXAÇÃO DE CARGAS, CAIXAS E VOLUMES DIVERSOS, COM ALTA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E BAIXA DEFORMAÇÃO, ADEQUADA PARA USO EM OPERAÇÕES DE DEPÓSITO, ARMAZENAGEM E EXPEDIÇÃO, COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTOS MANUAIS OU SEMIAUTOMÁTICOS DE ARQUEAMENTO.	407126	Unit	2	6	R\$ 249,50	R\$ 1.497,00
8	JAPONA TÉRMICA PARA BAIXAS TEMPERATURAS, ESPECIFICAÇÕES: CONFECCIONADA EM NYLON RESINADO, COM FECHAMENTO FRONTAL POR SISTEMA DE BOTÃO E VELCRO, REVESTIMENTO INTERNO EM MANTA ACRÍLICA COM ESPESSURA APROXIMADA DE 30 MM, FORRO INTERNO EM NYLON MANTELADO, PUNHOS EM MATERIAL SINTÉTICO RESISTENTE, PROPORCIONANDO MELHOR AJUSTE E RETENÇÃO TÉRMICA, COM CAPUZ (TOUCA) ACOPLADO À PEÇA, INDICADA PARA USO EM CÂMARAS FRIAS E AMBIENTES REFRIGERADOS, COM CAPACIDADE DE PROTEÇÃO TÉRMICA ADEQUADA PARA TEMPERATURAS NEGATIVAS DE ATÉ APROXIMADAMENTE -35 °C, GARANTINDO CONFORTO, SEGURANÇA E MOBILIDADE AO USUÁRIO DURANTE ATIVIDADES OPERACIONAIS.	618212	Unit	2	15	R\$ 229,66	R\$ 3.444,90
09	BATERIA RECAREGÁVEL - 9V COM CAPACIDADE DE 170 MAH PARA LONGA DURAÇÃO, FORMA RETANGULAR, RECARREGVEL, SEM MERCURIO, APLICAO PARA MICROFONES SEM FIO.	352942	Unit	2	12	R\$ 43,99	R\$ 527,88
10	CABO XRL 10M – CABO DE MICROFONE DE BAIXA IMPEDNCIA COM BITOLA DE 2 X 0,3 CM / 22AWG, CONECTORES XLR MACHO E FMEA, DIÂMETRO DE 3 CM, REVESTIMENTO EM PVC, MATERIAL DE LATÃO NIQUELADO NOS CONECTORES, COR PRETA E DE 10 METROS DE COMPRIMENTO.	424072	Unit	1	4	R\$ 62,32	R\$ 249,28
11	CABO XRL 25M - CABO DE MICROFONE DE BAIXA IMPEDNCIA COM BITOLA DE 2 X 0,3 CM / 22AWG, CONECTORES XLR MACHO E FMEA, DIÂMETRO DE 3 CM, REVESTIMENTO EM PVC, MATERIAL DE LATÃO NIQUELADO NOS CONECTORES, COR PRETA E DE 25 METROS DE COMPRIMENTO.	444436	Unit	1	4	R\$ 113,83	R\$ 455,32

VALOR TOTAL: R\$ 204.833,98							

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar
- 1.3 Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação e descrição da necessidade da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. As caixas de papelão deverão ser confeccionadas com material reciclável ou reciclado, admitindo-se a utilização de matérias-primas provenientes de fontes sustentáveis, observadas as normas técnicas aplicáveis.
- 4.1.2. Os produtos deverão possibilitar descarte ambientalmente adequado ao final de sua vida útil, preferencialmente por meio de reciclagem, reduzindo impactos ambientais decorrentes de sua utilização.
- 4.1.3. As fitas adesivas e demais materiais correlatos deverão ser isentos de substâncias tóxicas ou nocivas ao meio ambiente, possibilitando, sempre que tecnicamente viável, o descarte conjunto com as embalagens de papelão.

Da exigência de amostra

- 4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.
- 4.3. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:
- 4.3.1. Item 01 – Caixa de papelão;
- 4.3.2. Item 02 – Caixa de papelão; e
- 4.3.3. Item 04 – Fita adesiva.
- 4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço Avenida Silva Jardim, 110 – Rebouças – Curitiba/PR (CEP 80230-000), no prazo limite de 20 (vinte) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

- 4.5.** É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 4.6.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.7.** Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
- 4.7.1.** Itens (1 e 2): verificação do formato, dimensão, cor, bem como das especificações técnicas, tais como gramatura, tipo de onda (onda dupla) e capacidade de sustentação do empilhamento das caixas de papelão.
- 4.7.2.** Item (4): verificação da aderência da fita adesiva, avaliando-se a eficiência de sua fixação nas caixas de papelão.
- 4.8.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.9.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, seguindo-se sucessivamente até a verificação de amostra que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.10.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.11.** Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.12.** Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

### **Da exigência de carta de solidariedade**

- 4.13.** Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

### **Subcontratação**

- 4.14.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

- 4.15.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

- 4.16.** Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.16.1.** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal .
- 4.16.2** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 4.16.3.** Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

### **Margem de Preferência:**

- 4.17.** Não será aplicada margem de preferência ao objeto da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão do empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Avenida Silva Jardim, 110 - Rebouças | Curitiba/PR - CEP 80230-00 de Segunda a Quinta das 08:00 às 16:30 e Sexta-Feira das 08:00 às 12:00.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

*7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias*

*7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

*7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

*7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.7.1. Entrega de produtos em desacordo com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência; entrega de quantitativos inferiores aos contratados; atraso reiterado na entrega dos bens; substituição de materiais sem autorização da Administração.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado

possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

**8.27.** A presente contratação **não permite a antecipação de pagamento**, devendo o pagamento ocorrer somente após a regular entrega do objeto e o respectivo recebimento definitivo pela Administração, na forma prevista neste Termo de Referência.

## **Cessão de Crédito**

**8.28.** As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

**8.29.** O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

**8.40.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/04/2026

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO SRP*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será de acordo com a nota de empenho

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

*9.3.1. Valores unitários: tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. *Não será exigido ato de autorização para o exercício da atividade, uma vez que o objeto da contratação não está sujeito a autorização específica de órgão regulador, nos termos da legislação vigente*

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.27. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, sob pena de inabilitação.*

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

### **Qualificação Técnica**

9.32. *Não será exigido registro ou inscrição da empresa em entidade profissional, uma vez que o objeto da contratação não envolve atividade regulamentada por conselho profissional competente*

9.32.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

9.33. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.33.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.33.1.1. *fornecimento de bens de natureza similar aos objetos desta contratação;*

9.33.1.2. *compatibilidade em características, quantidades ou prazos com o objeto licitado; e*

9.33.1.3. *execução satisfatória do contrato, comprovada por atestado emitido pelo contratante.*

9.33.2. *. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

9.33.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.33.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

9.34. *Não se aplica, uma vez que o objeto da contratação não exige atendimento a requisitos específicos previstos em legislação especial.*

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 204.833,98 (Duzentos e q), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

*Curitiba, 15 de abril de 2026.*

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



**1.1.** O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, consubstanciado em **Nota de Empenho ou Autorização**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

**1.2.** O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**1.3.** O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

**1.3.1.** referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**1.3.2.** o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância.

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado.

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**3.1.** São obrigações do Contratante:

**3.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

**3.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**3.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual;

**3.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação;

**3.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;

**3.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

**3.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento contratual;

**3.1.8.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual.

**3.1.8.1.** A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida prorrogação motivada por igual período.

**3.1.9.** Responder eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

**3.1.10.** Notificar os emitentes das garantias, quando exigidas, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual.

**3.2.** A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros.

## **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**4.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto.

**4.1.1.** Entregar o objeto conforme especificações;

**4.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto;

**4.1.3.** Comunicar previamente eventual impossibilidade de cumprimento de prazos;

- 4.1.4. Atender às determinações do fiscal ou gestor;
- 4.1.5. Substituir ou corrigir bens em desacordo com o contratado;
- 4.1.6. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros;
- 4.1.7. Manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- 4.1.8. Cumprir obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;
- 4.1.9. Comunicar ocorrências anormais relacionadas à execução;
- 4.1.10. Manter as condições de habilitação durante a vigência;
- 4.1.11. Guardar sigilo sobre informações obtidas;
- 4.1.12. Cumprir a legislação de proteção ao trabalho, inclusive normas de segurança e saúde;
- 4.1.13. Não empregar trabalho infantil ou em condições proibidas em lei;
- 4.1.14. Cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quando aplicável.

## 5. DA EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.
- 5.2. Em caso de inexecução por culpa do Contratado, poderão ser aplicadas as sanções cabíveis e promovida a extinção.
- 5.3. A extinção observará o disposto nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, conforme a Lei nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente o Código de Defesa do Consumidor.

## 7. ALTERAÇÕES

- 7.1. As alterações reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% do valor inicial atualizado.
- 7.3. Registros sem alteração contratual poderão ser realizados por apostila.

## 8. FORO

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal – **Seção Judiciária do Paraná**, para dirimir eventuais controvérsias.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com todas as disposições, condições e obrigações previstas no Edital ou Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº ...../20...., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JONATHAN ESTEPHAN BUENO**

Membro da comissão de contratação

**PEDRO BACZYNSKI STACHON**

Membro da comissão de contratação

**LEONARDO LIMA GARCIA**

Membro da comissão de contratação

**ESTEVAN ROGERIO FERREIRA DE BORBA**

Autoridade competente

## 5. BATALHAO DE SUPRIMENTO

## Estudo Técnico Preliminar 13/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64154.000619/2026-91

## 2. Descrição da necessidade

O 5º Batalhão de Suprimento, Batalhão General Antônio Felipe Xavier de Barros, data do dia 24 de maio de 1934, através do Decreto nº 24.287, com a criação do Serviço de Subsistência Militar, unidade diretamente subordinada a 5ª Região Militar. Ao longo dos mais de 87 anos de vida, sua designação foi alterada em diversas oportunidades, sendo chamado de Serviço de Subsistência Militar para Estabelecimento de Subsistência da 5ª Região Militar

Foram extintos o Depósito Regional de Subsistência/5 (DRS/5), o Depósito de Material de Intendência/5 (DRMI/5) e o Depósito de Material de Saúde/5 (DRS/5), passando a constituírem juntos, nesta mesma sede de Curitiba-PR, o 5º Batalhão de Suprimento. Nesta transformação, o Batalhão assume os encargos referentes às atividades desenvolvidas pelos extintos Depósitos Regionais. Cabe salientar que suas instalações são da mesma data de sua criação, passando apenas por manutenções.

O 5º Batalhão de Suprimento situa-se no Centro de Curitiba, na Av Silva Jardim 110, esquina com a Av João Negrão. Ademais, o mesmo possui uma companhia de suprimento destacada na cidade de Palmeira - Paraná, distante a 87 Km de sua sede. No total, esta Unidade Militar possui como área útil com cerca de 17.000.000 (dezesete milhões) de metros quadrados que devem ser mantidas e mantidas, tornando-o maior batalhão operacional do Sul do País. Seus quadros são compostos por aproximadamente 390 militares. Ademais, é imperioso destacar que esta Organização Militar apoia com alimentação diversos militares de outras Unidades.

O 5º B Sup é uma Organização Militar do tipo Órgão Provedor (OP), cujo DNA reside na logística, na missão de adquirir, receber, inspecionar e analisar a bromatologia de alimentos, contabilizar, distribuir e controlar os mais variados itens de suprimento, tais como gêneros de alimentação, fardamento, materiais farmacológico, odontológico, veterinário e médico-hospitalar, além de suprir as necessidades de peças e conjuntos de armamento e munições.

Ressalta-se que este Órgão Provedor tem como incumbência realizar o apoio citado acima para 52 Unidades Militares e 19 Tiros de Guerra, que estão localizados nos estados do Paraná e Santa Catarina, apoiando um efetivo de aproximadamente 18.000 pessoas, dentre militares e civis. Para cumprir essa missão, o mesmo dispõe de uma frota 50 viaturas, dentre as operacionais e administrativas, que rodam cerca de 200.000,00 (duzentos mil) Km anuais. Ainda assim possui 07 câmaras frias para armazenamento de gêneros alimentícios “frigo” e diversos depósitos para armazenagem de suprimentos supracitados; depósitos estes que carecem de manutenção constante tendo em vista assegurar a segurança de variada gama de itens e pelo fato do Batalhão ser o fiel depositário dos mesmos.

A aquisição pretendida tem por finalidade abastecer os depósitos de suprimento **Classe I (Gêneros Alimentícios)** e **Classe II (Fardamento)** com insumos e equipamentos necessários ao adequado desempenho das atividades logísticas realizadas por estes depósitos, os quais concentram elevado valor patrimonial e grande volume de itens sob responsabilidade desta Organização Militar.

A atividade logística constitui a essência das atribuições do 5º Batalhão de Suprimento, caracterizando-se por intenso fluxo de entrada, armazenagem e distribuição de suprimentos em grandes volumes. Nesse contexto, a disponibilidade de insumos e equipamentos adequados para a manipulação, organização e acondicionamento dos materiais torna-se essencial para garantir a eficiência, a segurança e a continuidade das operações logísticas.

Nesse sentido, destaca-se a utilização de **caixas de papelão**, que desempenham papel fundamental no acondicionamento e organização dos itens de fardamento armazenados nos depósitos. A utilização dessas caixas contribui significativamente para o controle de estoque, melhora a organização física dos materiais e facilita a movimentação logística, especialmente considerando que os depósitos da unidade possuem mais de **2.000 posições de porta-pallets** destinadas ao armazenamento de suprimentos.

O uso de **filme stretch** também se mostra indispensável para a segurança da unitização das cargas armazenadas. Quando utilizado na paletização, esse material permite a correta amarração das caixas sobre os pallets de madeira, garantindo maior estabilidade durante o armazenamento e transporte. A ausência desse insumo pode ocasionar desestabilização da carga, com risco de queda de materiais, danos ao patrimônio e possíveis acidentes com o efetivo militar envolvido nas atividades de movimentação de suprimentos.

A atividade logística constitui a essência das atribuições do 5º Batalhão de Suprimento, caracterizando-se por intenso fluxo de entrada, armazenagem e distribuição de suprimentos em grandes volumes. Nesse contexto, a disponibilidade de insumos e equipamentos adequados para a manipulação, organização e acondicionamento dos materiais torna-se essencial para garantir a eficiência, a segurança e a continuidade das operações logísticas.

Registro fotográfico:



Cada depósito apresenta peculiaridades operacionais específicas. No caso do **Depósito Classe I (Gêneros Alimentícios)**, as atividades envolvem a manipulação de alimentos em ambientes de baixa temperatura, especialmente nas câmaras frias da unidade. Nesse contexto, torna-se necessária a aquisição de **luvas térmicas e juponas**, destinadas à proteção dos militares que executam atividades em ambientes com temperaturas que podem atingir valores inferiores a  $-17^{\circ}\text{C}$ , garantindo condições adequadas de segurança e trabalho.

Por fim, destaca-se que os itens contemplados nesta contratação compõem um conjunto de materiais indispensáveis para o funcionamento rotineiro dos depósitos de suprimento, contribuindo diretamente para a eficiência, segurança e continuidade das atividades logísticas desenvolvidas pelo 5º Batalhão de Suprimento.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Classe II	Jonathan Estephan Bueno - 1º Ten
Chefe do Depósito de Suprimento Classe I	PEDRO BACZYNSKI STACHON - 2º Ten
Auxiliar Depósito de Suprimento Classe II	Leonardo Lima Garcia - 3º Sgt

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá observar a legislação aplicável às contratações públicas e às aquisições de bens pela Administração Pública, especialmente:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Decreto nº 10.818/2021 – que estabelece o enquadramento dos bens de consumo no âmbito da Administração Pública Federal;
- Demais normas aplicáveis às contratações públicas.

#### 4.1 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

4.1.1. Comprovação de aptidão para **fornecimento de bens** em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.1.2. O licitante enquadrado como **Microempreendedor Individual (MEI)** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado:

- a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
- b) da apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício.

4.1.3. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, desde que atenda às demais exigências do edital, sendo assegurado prazo para regularização, conforme legislação vigente.

#### 4.2 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da legislação vigente, em especial:

- Instrução Normativa nº 01/2010 – MPOG;
- Decreto nº 7.746/2012 – que estabelece critérios e práticas para promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Sempre que possível, deverão ser priorizados produtos que:

- possuam menor impacto ambiental;
- utilizem materiais recicláveis ou reciclados;
- apresentem embalagens reduzidas ou recicláveis;
- atendam às normas técnicas aplicáveis.

#### 4.3 REQUISITOS TÉCNICOS DO OBJETO

Os materiais a serem adquiridos deverão:

- ser **novos e de primeiro uso**;
- possuir **qualidade compatível com o uso logístico em depósitos de suprimento**;
- atender às **especificações técnicas definidas no Termo de Referência**;
- ser entregues em **embalagem adequada**, preservando suas características durante transporte e armazenamento

#### 4.4 REQUISITOS DE ENTREGA

Os materiais deverão:

- ser entregues no prazo estabelecido no Termo de Referência;
- estar acompanhados de **nota fiscal**;
- apresentar **integridade física e funcional no ato do recebimento**.

#### 4.5 PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS

Considerando a natureza do objeto — **fornecimento de materiais de consumo e insumos logísticos** — admite-se a participação de pessoas jurídicas regularmente constituídas.

A participação de pessoas físicas não se mostra adequada ao objeto, em razão da necessidade de:

- regularidade fiscal e trabalhista;
- emissão de documentos fiscais;
- capacidade logística para fornecimento dos materiais.

#### 4.6 CATÁLOGO DE MATERIAIS (CATMAT)

Considerando as limitações existentes nas descrições padronizadas do Catálogo de Materiais do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (CATMAT/SIASG), fez-se necessária a utilização de códigos genéricos ou aqueles mais compatíveis com as especificações dos itens a serem adquiridos.

Dessa forma, para fins de correta identificação e contratação do objeto, prevalecerão as especificações detalhadas constantes na Descrição do Termo de Referência sobre aquelas vinculadas aos códigos do CATMAT, em caso de divergência. Tal medida visa assegurar a precisão das características técnicas dos materiais, a adequada compreensão pelos fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

### 5. Levantamento de Mercado

Para subsidiar a presente contratação, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar soluções disponíveis que atendessem às necessidades desta Organização Militar, bem como obter estimativas de preços compatíveis com os valores praticados no mercado.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada por meio do **Sistema de Pesquisa de Preços do Compras.gov**, ferramenta oficial que consolida informações de contratações públicas realizadas por diversos órgãos da Administração Pública. Por meio dessa plataforma foram analisadas contratações similares, considerando itens com características técnicas compatíveis com aqueles pretendidos por esta Organização Militar.

Adicionalmente, foram examinadas **contratações correlatas realizadas por outros entes da Administração Pública**, em execução ou concluídas recentemente, a fim de verificar a aderência dos valores identificados às práticas de mercado.

Como forma complementar de validação das estimativas obtidas, também foram realizadas consultas em **sítios eletrônicos especializados e de domínio amplo**, contendo o devido registro da data e hora de acesso, permitindo ampliar a base de referência de preços e conferir maior confiabilidade à estimativa do valor da contratação.

As pesquisas realizadas foram registradas no **Sistema de Pesquisa de Preços**, sob os números **11/2026**, cujos relatórios integram os autos do processo administrativo e serviram de base para a composição do valor estimado da contratação.

## 6. Descrição da solução como um todo

A presente solução consiste na eventual aquisição de insumos, materiais e equipamentos destinados ao atendimento das demandas operacionais dos Depósitos de Suprimento das Classes I e II, visando assegurar a continuidade, eficiência e padronização das atividades logísticas e administrativas da organização.

A contratação abrangerá o fornecimento de materiais de consumo, conforme as necessidades institucionais, incluindo itens essenciais para armazenamento, controle, conservação, movimentação e distribuição de suprimentos. Os produtos deverão atender a critérios rigorosos de qualidade, durabilidade, segurança e conformidade com as normas técnicas vigentes e padrões estabelecidos pela Administração Pública.

Sempre que aplicável, os materiais adquiridos deverão possuir garantia mínima do fabricante, bem como suporte técnico e assistência técnica autorizada, visando atender as descrições dos itens licitados. Tal exigência visa mitigar riscos operacionais, reduzir custos decorrentes de falhas e garantir a economicidade da contratação.

Sob o aspecto técnico, a solução apresenta-se como a mais adequada para suprir as demandas dos depósitos, garantindo eficiência no gerenciamento dos estoques, rastreabilidade dos materiais e otimização dos processos logísticos. Do ponto de vista econômico, a aquisição por meio de procedimento licitatório proporciona maior competitividade entre fornecedores, assegurando a proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

Dessa forma, a solução proposta assegura o adequado funcionamento dos Depósitos de Suprimento, contribuindo diretamente para a prontidão operacional e o cumprimento das atividades institucionais.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### ITEM 1 – CAIXA DE PAPELÃO GRANDE | UNID FORN: UNIT | QTD: 3.250

**BASE DE CÁLCULO:** Histórico de consumo.

**JUSTIFICATIVA:**

A quantidade estimada foi definida com base no consumo registrado no exercício de 2025, quando foram adquiridas 3.191 unidades por meio da Nota de Empenho nº 2025NE000086. O quantitativo proposto visa suprir a demanda operacional dos Depósitos Classe I e II durante o biênio de 2026, considerando o fluxo contínuo de acondicionamento e expedição de materiais, bem como a necessidade de manutenção de estoque mínimo operacional.

### ITEM 2 – FILME STRETCH (Bobina 4,5 kg) | UNID FORN: BOBINA | QTD: 1.400

**BASE DE CÁLCULO:** Histórico de consumo e ampliação da demanda.

**JUSTIFICATIVA:**

No ano de 2025 foram adquiridas 480 unidades, conforme Nota de Empenho nº 88, quantidade que se mostrou insuficiente para atender integralmente o período do biênio. A presente estimativa considera o consumo efetivo observado, a necessidade de reposição contínua e a inclusão da demanda do Depósito Classe I, garantindo a adequada proteção e estabilização das cargas armazenadas.

### ITEM 3 – FITA ADESIVA BOPP (Rolo 100 m) | UNID FORN: ROLO | QTD: 7.000

**BASE DE CÁLCULO:** Histórico de consumo e ampliação da demanda.

**JUSTIFICATIVA:**

Em 2025 foram adquiridas 794 unidades por meio da Nota de Empenho nº 214, quantitativo que não foi suficiente para atender todo o biênio, em razão da existência de saldo residual de aquisições anteriores. Para a presente contratação, a estimativa foi ampliada considerando o consumo real, a inclusão da demanda do Depósito Classe I e a necessidade de manter estoque mínimo operacional.

### ITEM 4 – LUVA THERMA GRIP VOLK | UNID FORN: PAR | QTD: 30

**BASE DE CÁLCULO:** Efetivo de militares do Depósito Classe I.

**JUSTIFICATIVA:**

A quantidade estimada corresponde ao efetivo de militares que atuam diretamente no Depósito Classe I, considerando a necessidade de fornecimento individual de equipamento de proteção, com a finalidade de garantir segurança nas atividades de manuseio de cargas e materiais.

### ITEM 5 – BATERIA TRACIONÁRIA 324 AH | UNID FORN: UNIT | QTD: 3

**BASE DE CÁLCULO:** Quantidade de transpaleteiras tracionárias.

**JUSTIFICATIVA:**

O Depósito possui atualmente 6 transpaleteiras tracionárias em operação. A aquisição de 3 unidades de baterias destina-se à manutenção de estoque de contingência, possibilitando a substituição imediata em caso de descarregamento ou falha, evitando a interrupção das atividades logísticas.



**ITEM 6 – ESTILETE LARGO | UNID FORN: UNIT | QTD: 160**

**BASE DE CÁLCULO:** Histórico de consumo e efetivo operacional.

**JUSTIFICATIVA:**

A quantidade estimada considera o uso contínuo do material nas atividades de abertura de embalagens, separação e conferência de cargas, bem como a reposição decorrente de desgaste, quebras e descarte por segurança ao longo do biênio.

**ITEM 7 – FITA PET PARA ARQUEAMENTO (Rolo 2.000 m) | UNID FORN: ROLO | QTD: 6**

**BASE DE CÁLCULO:** Consumo operacional estimado.

**JUSTIFICATIVA:**

A estimativa foi definida com base na necessidade de arqueamento e estabilização de cargas paletizadas no depósito, considerando o volume médio de materiais movimentados e a manutenção de estoque mínimo para garantir a continuidade das operações.

**ITEM 8 – JAPONA TÉRMICA PARA BAIXAS TEMPERATURAS | UNID FORN: UNIT | QTD: 15**

**BASE DE CÁLCULO:** Efetivo exposto a baixas temperaturas.

**JUSTIFICATIVA:**

A quantidade estimada visa atender os militares que desempenham atividades em ambientes de baixa temperatura, garantindo condições adequadas de trabalho, preservação da saúde ocupacional e conformidade com as normas de segurança.

**ITEM 9– BATERIA RECARREGÁVEL| UNID FORN: UNIT | QTD: 12**

**BASE DE CÁLCULO:** Quantidade de aparelhos

**JUSTIFICATIVA:**

A estimativa considera a quantidade de aparelhos existentes e e previstos para aquisição futura, tal demanda se justifica pela atual necessidade.

**ITEM 10– CABO XRL 10 M | UNID FORN: UNIT | QTD: 4**

**BASE DE CÁLCULO:** Quantidade de CABO Atual

**JUSTIFICATIVA:**

O quantitativo estimado fundamenta-se na necessidade da 3ª seção em aquisição de cabo para formaturas

**ITEM 11– CABO XRL 25M | UNID FORN: UNIT | QTD: 4**

**BASE DE CÁLCULO:** Quantidade de CABO Atual

**JUSTIFICATIVA:**

O quantitativo estimado fundamenta-se na necessidade da 3ª seção em aquisição de cabo para formaturas

**8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 204.833,98

**VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 204.833,98** *(Duzentos e quatro, oitocentos e trinta e três e noventa e oito)*

**9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

A contratação será realizada com parcelamento por itens, considerando que os materiais possuem natureza independente entre si, sendo tecnicamente viável e vantajoso para a Administração, por ampliar a competitividade e possibilitar maior participação de fornecedores.

**10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Pregão 90010/2025 - UASG: 160222

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações desta Unidade Gerenciadora, baseando nos objetivos apontados no Plano de Gestão - Nº DA CONTRATAÇÃO 160222/000008/2026

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Melhoria no âmbito de trabalho;

Evolução do sistema logístico;

Facilitar a separação e distribuição de materiais;

Flexibilidade, possibilitando a adaptação às variações da intensidade do fluxo de suprimento diante das necessidades administrativas em tempo de paz;

Evitar o interrompimento do fluxo, evitando a paralisação de atividades essenciais por falta de suprimento;

Obtenção de integração da logística de forma permanente;

Redução do risco logístico;

Segurança nas Instalações; e

Apresentação e disposição dos itens armazenados.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não foi evidenciada necessidade de adequações no ambiente do órgão.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição de caixas de papelão, filme stretch, etiquetas couche branca, luva térmica e pneus de carrinho de carga pode resultar em diversos impactos ambientais.

### Caixas de papelão

- **Geração de resíduos:** As caixas de papelão podem gerar resíduos significativos se não forem descartadas adequadamente.
- **Consumo de recursos naturais:** A produção de caixas de papelão exige recursos naturais, como árvores para a produção de papel, água e energia.

### Filme stretch

- **Geração de resíduos:** O filme stretch não é reciclável.
- **Consumo de recursos naturais:** A produção de filme stretch exige recursos naturais, como petróleo e energia.
- 

### Luva térmica

- **Geração de resíduos:** As luvas térmicas podem gerar resíduos significativos.
- **Consumo de recursos naturais:** A produção de luvas térmicas exige recursos naturais, como petróleo e energia.

### Medidas de mitigação

A implementação de medidas como gestão adequada de resíduos, escolha de materiais sustentáveis, eficiência energética, uso de tintas e corantes e conscientização dos colaboradores são passos essenciais para mitigar os impactos ambientais associados à aquisição desses itens.

#### **Gestão adequada de resíduos**

A gestão adequada de resíduos é uma medida fundamental para mitigar os impactos ambientais associados à aquisição de qualquer produto. Isso inclui promover a reciclagem, a reutilização e a redução do desperdício.

#### **Escolha de materiais sustentáveis**

A escolha de materiais sustentáveis é outra medida importante para mitigar os impactos ambientais. Isso inclui optar por materiais que sejam produzidos com recursos naturais renováveis ou reciclados, e que sejam fabricados com processos produtivos eficientes em termos de consumo energético.

#### **Eficiência energética**

A eficiência energética é uma medida importante para mitigar os impactos ambientais associados à produção de qualquer produto. Isso inclui adotar tecnologias mais eficientes em termos de consumo energético durante o processo de produção.

#### **Uso de tintas e corantes**

O uso de tintas e corantes pode conter substâncias prejudiciais ao meio ambiente. É fundamental buscar opções de tintas e corantes que atendam a critérios ecológicos e certificações de segurança ambiental.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

Com base nos elementos levantados durante os Estudos Técnicos Preliminares, declara-se que a contratação é viável e razoável, sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e econômico. A eventual aquisição de insumos destinados aos Depósitos de Suprimento revela-se necessária para assegurar a continuidade das atividades logísticas, a adequada armazenagem de materiais e o eficiente atendimento das demandas institucionais.

## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JONATHAN ESTEPHAN BUENO**

Membro da comissão de contratação

**PEDRO BACZYNSKI STACHON**

Membro da comissão de contratação

**LEONARDO LIMA GARCIA**

Membro da comissão de contratação

**ESTEVAN ROGERIO FERREIRA DE BORBA**

Autoridade competente

## 5. BATALHAO DE SUPRIMENTO

## Contrato 13/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	160222-5. BATALHAO DE SUPRIMENTO	MARCOS FERNANDO AMORIM DE LEMOS	26/04/2026 22:05 (v 0.3)
Status			
RASCUNHO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	8/2026	64154.000619/2026-91

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**5º BATALHÃO DE SUPRIMENTO**  
**BATALHÃO GENERAL FELIPE ANTÔNIO XAVIER DE BARROS**  
**(Sv Subs Mil 5ª RM / 1934)**

**(Minuta do Contrato)**

(Processo Administrativo nº 64154.000619/2026-91)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) .....  
E .....

A União por intermédio do 5º Batalhão de Suprimento, com sede na Av. Silva Jardim, nº 110, Rebouças, na cidade de Curitiba/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.342.197/0001-09, neste ato representado pelo, Sr. Ten Cel ESTEVAN ROGÉRIO FERREIRA DE BORBA, nomeado pela Portaria C EX nº618, de 22 de maio de 2025, publicada no DOU de 23 de maio de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado (a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos

autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 64154.000619/2026-91 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90008/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a eventual aquisição de material de consumo para os depósitos classe I e II do 5º Batalhão de Suprimento, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
X	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MIN	QTD MAX	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
****	****	****	****	****	****	****

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado a partir a data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;



- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

### 13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em XXXXX, Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ESTEVAN ROGERIO FERREIRA DE BORBA  
Ordenador de Despesas

## 5. BATALHAO DE SUPRIMENTO

## Ata de Registro de Preços 3/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	160222-5. BATALHAO DE SUPRIMENTO	MARCOS FERNANDO AMORIM DE LEMOS	23/04/2026 21:23 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	8/2026	64154.000619/2026-91

## 1. DO OBJETO



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
**5º BATALHÃO DE SUPRIMENTO**  
**BATALHÃO GENERAL FELIPE ANTÔNIO XAVIER DE BARROS**  
**(Sv Subs Mil 5a RM / 1934)**

**(Minuta da Ata de Registro de Preços)**

Processo Administrativo nº 64154.000619/2026-91

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A União, por intermédio do 5º Batalhão de Suprimento, com sede na Av. Silva Jardim, nº 110, Rebouças, na cidade de Curitiba /Estado PR, inscrito no CNPJ sob o nº 10.342.197/0001-09, neste ato representada pelo Sr. Ten Cel ESTEVAN ROGÉRIO FERREIRA DE BORBA, nomeado pela Portaria nº 618/Cmt Ex, de 22 de maio de 2025, publicada no DOU de 23 de maio de 2025, inscrito no CPF nº 000.167.870-13, portador da Carteira de Identidade nº 0131477648/MD EB, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90008/2026, publicada no DOU, processo administrativo n.º 64154.000619/2026-91, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de consumo para os depósitos classe I e II do 5º Batalhão de Suprimento, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 18/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
X	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MIN	QTD MAX	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
****	****	****	****	****	****	****

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 5º Batalhão de Suprimento.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.1.1 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ESTEVAN ROGERIO FERREIRA DE BORBA**  
Ordenador de Despesas



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
5º BATALHÃO DE SUPRIMENTO  
“BATALHÃO FELIPPE ANTÔNIO XAVIER DE BARROS”  
(Sv Subs Mil 5ª RM / 1934)**

**ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO**

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM
XXX	XXXX
CUSTO DE AQUISIÇÃO / PRODUÇÃO EM R\$ (A)	
MATÉRIA PRIMA	
EMBALAGEM	
CUSTO OPERACIONAL	
CUSTO DO PRODUTO	
IMPOSTOS E TAXAS EM R\$ (B)	
PIS e COFINS	
ICMS	
I.R. e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
TRANSPORTE - CUSTO DE CARGA E DESCARGA EM R\$ (C)	
FRETE	
OUTROS CUSTOS EM R\$ (D)	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
LUCRO	
CUSTO TOTAL DO ITEM (A+B+C+D = VALOR DO LANCE) EM R\$	

**TABELA DE PUNIÇÕES – ANEXO V**

GRAU	MULTA	IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO E DESCREDECENCIAMENTO NO SICAF
	COMPENSATÓRIA	PRAZO
1	1% por ocorrência	Mínimo : 1 mês - Máximo: 1 ano
2	2% por ocorrência	Mínimo: 1 mês - Máximo: 2 anos
3	3% por ocorrência	Mínimo: 6 meses - Máximo: 3 anos
4	4% por ocorrência	Mínimo: 3 anos - Máximo: 5 anos
5	5% por ocorrência	Mínimo: 4 anos - Máximo: 5 anos

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Não celebrar o contrato no prazo de convocação, durante a vigência de sua proposta	3
2	Deixar de entregar documentação exigida na licitação	2
3	Deixar de encaminhar os anexos no prazo de convocação, durante a fase de aceitação	2
4	Cometer atos protelatórios, durante os procedimentos licitatórios, com intuito de adiamento dos prazos da licitação	2
5	Interpor recursos sem motivação fundamentada, ou com motivação descabida, ou com motivação genérica, prejudicando a condução da licitação	3
6	Não manter a proposta durante o prazo de validade da mesma	3
7	Desistir de Proposta de Preços após início da Fase de Habilitação	1
8	Não comprovar a regularidade fiscal, no prazo fixado no edital, de que trata o §4º do artigo 4º do Decreto no 6.204/2007	3
9	Apresentar documentação falsa	4
10	Fazer declaração falsa ou omitir informações	4
11	Cometer fraude fiscal	4
12	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer mais de uma das faltas previstas nos subitens anteriores.	5

1. No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.
2. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação.
3. Se o valor da multa a que se refere o 12.2.2 não for paga ou depositado será descontada da garantia, inexistindo essa ou a mesma sendo insuficiente, será descontado do (s) créditos/pagamento(s) a que o CONTRATADO fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do CONTRATADO o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente.
4. No enquadramento do fato à tabela de infrações, será respeitado o Princípio da Especialidade e na aplicação da sanção, o Princípio da Proporcionalidade. A reincidência específica ensejará a elevação de grau de infração para o subsequente.
5. No processo de apuração de infração e aplicação de sanção administrativa, deverá ser observada a artigo 155 e 156 da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021.
6. As sanções previstas no item 12 (Multa e Impedimento de Licitar e Contratar com a União), poderão ser aplicadas cumulativamente.
7. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
8. Sanções relativas à execução do contrato:
9. O desatendimento, pelo CONTRATADO, de quaisquer exigências deste Contrato e seus anexos, garantida a prévia defesa e, de acordo com a conduta reprovável (infração), o sujeitará às sanções administrativas previstas no artigo 155 e 156 da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021.:

I. Advertência

II. Multas, de acordo com o percentual e a base de cálculo constante da Tabela abaixo, que deverão ser recolhidas em agências do Banco do Brasil S.A., por meio da Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser preenchida de acordo com instruções fornecidas pela Administração; e

III. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 anos.

GRAU	ADVERTÊNCIA NA 1ª OCORRÊNCIA	MULTA e BASE DE CÁLCULO		IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO E DESCRENCIAMENTO NO SICAF
		Mora Diária Valor Total Empenho	Compensatória Valor Total Empenho	
1	Sim	Não	Não	Não
2	Não	0,5% por ocorrência	5 % por ocorrência	Mínimo: 1 mês - Máximo: 2 anos
3	Não	0,7% por ocorrência	8% por ocorrência	Mínimo: 6 meses - Máximo: 3 anos
4	Não	0,8% por ocorrência	12% por ocorrência	Mínimo: 3 anos - Máximo: 5 anos
5	Não	0,9% por ocorrência	15% por ocorrência	Mínimo: 4 anos - Máximo: 5 anos

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas leves	1
2	Não entrega de documentação simples solicitada pelo CONTRATANTE	1
3	Atraso parcialmente justificado na execução	1
4	Atraso injustificado na execução	2
5	Descumprimento de prazos, exceto quanto aos itens 3 e 4 supra	3



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
5º BATALHÃO DE SUPRIMENTO  
“BATALHÃO FELIPPE ANTÔNIO XAVIER DE BARROS”  
(Sv Subs Mil 5ª RM / 1934)**

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

PROPONENTE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

FONE/FAX: \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 90008/2026, aquisição de material de consumo para os depósitos CLI e CLII instaurado pelo Processo de nº 64154.000619/2026-91, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes nos Anexos da Instrução Normativa nº 6, de 24 de março de 2014 do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome:

RG/CPF:

Cargo: